

EDUCAÇÃO E CIDADANIA: REFLEXÕES COM ADOLESCENTES SOBRE DIREITOS HUMANOS

Luiza Bittencourt Krainski¹
Edina Schimanski²
Ana Beatriz Copla Schimalesky³
Rafaela Karoline Batista⁴

Resumo: Este trabalho relata as atividades desenvolvidas pelo Serviço Social através de oficinas realizadas com grupos de adolescentes em escolas na cidade de Ponta Grossa/Pr. O foco principal é a educação em direitos humanos aliado a temas atuais como migrações, o respeito à diversidade cultural e à dignidade do ser humano, já que o multiculturalismo deve articular-se à promoção dos direitos humanos. Dentre os objetivos visa trabalhar com adolescentes os direitos humanos e a formação cidadã, ressaltando a importância do respeito mútuo entre os seres humanos. A proposta privilegia a metodologia de oficinas onde os participantes são levados a confrontar sua prática educativa cotidiana através da troca de experiências de modo a envolver culturalmente os jovens de diferentes formações, culturas, religiões e interesses com o eixo único de se tornar agente de mudança positiva na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Migrações, Formação Cidadã.

Introdução:

As reflexões contidas neste trabalho tem por objetivo central contribuir para a discussão acerca do trabalho profissional do Serviço Social, focando, em especial, o desenvolvimento de atividades de reflexão e problematização dos direitos Humanos no Brasil e na América Latina. Assim, para além da exposição de uma experiência profissional, as breves notas têm como norte a problematização do fazer do assistente social voltada a uma prática educativa comprometida com a construção de sociedades verdadeiramente democráticas, justas e solidárias.

Candau (1999), ressalta a importância da reflexão sobre os Direitos Humanos na América Latina, considerando a histórica recente de repressão e

¹ Luiza Bittencourt Krainski - Professor com formação em Serviço Social - Univeridade Estadual de Ponta Grossa – UEPG - E-mail: luizabk@uol.com.br

² Edina Schimanski - Professor com formação em Serviço Social - Univeridade Estadual de Ponta Grossa - UEPG

³ Ana Beatriz Copla Schimalesky - Estudante de Graduação - Univeridade Estadual de Ponta Grossa - UEPG

⁴ Rafaela Karoline Batista - Estudante de Graduação - Univeridade Estadual de Ponta Grossa - UEPG

violação de direitos, cuja impunidade ganhou visibilidade nas últimas décadas, mas que ainda mantém forte influência no conservadorismo político-social expresso nas diversas esferas da sociedade brasileira. Demonstra-se assim, a importância em se discutir temas polêmicos, como a migração, sobretudo com o aumento da chegada de migrantes refugiados que por diversas vezes têm sido motivo de conflitos, preconceitos e disseminação de notícias sensacionalistas xenofóbicas.

Dessa forma, a atividade desenvolvida, foi pensada com o intuito de dar visibilidade aos processos migratórios contemporâneos, buscando o diálogo entre os estudantes universitários e alunos de segundo grau. Procurou-se no desenvolvimento considerar aspectos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aliada à temas atuais que têm sido abordados pela mídia.

A oficina se desenvolve através de diferentes momentos, tendo como principais objetivos:

- Apresentar a constituição dos direitos humanos, sua história, características e contextualização dos dias atuais;
- Discutir o significado dos direitos humanos ressaltando a importância do respeito mútuo entre os seres humanos;
- Exemplificar a questão das migrações e dos refugiados que tem sido alvo da discussão sobre direitos humanos.

Procura-se provocar um movimento de análise da realidade, individual, grupal e coletiva, incentivando a troca de experiências entre os participantes de modo a envolver culturalmente os jovens de diferentes formações, culturas, religiões e interesses com o eixo único de se tornar agente de mudança positiva na sociedade contemporânea.

Educação e Direitos Humanos:

Falar em educação em direitos humanos é referir-se a educação para a democracia, entendida como um modo de vida. Consiste num conjunto de valores, expressos na Declaração dos Direitos Humanos, servindo como guia não só do que queremos ser, mas de como pretendemos nos relacionar.

Educar em direitos humanos assim como a educação para a democracia é processo, que forma na vivência o cidadão. Para Benevides, a educação para a democracia consiste num “processo que comporta duas dimensões: a formação para os valores republicanos e democráticos e a formação para a tomada de decisões políticas em todos os níveis” (BENEVIDES, 1996, p. 226)

A primeira questão em relação ao processo de formação cidadã é apresentar os conceitos de formação e cidadania adotados. Um trabalho de formação tendo como foco a cidadania deve priorizar mudanças de valores, atitudes, comportamentos e crenças em prol da prática da tolerância, da paz, e do respeito ao ser humano.

Partindo dessa compreensão, a cidadania que se busca não é uma análise formal, distanciada do contexto sociopolítico, cultural e ético a que garante juridicamente os direitos, mas uma cidadania ativa organizada de forma individual na sua prática e coletiva na sua afirmação. Para Benevides, esta cidadania também chamada de ativa requer a “participação popular como possibilidade de criação, transformação e controle sobre o poder ou os poderes”. (BENEVIDES, 1996, p. 228).

Para a autora, neste processo dois componentes são indispensáveis e interdependentes a esse tipo de formação, os quais junto com a cidadania formam uma tríade do significado de civilidade: a democracia e os direitos humanos. Nesta perspectiva, para sua concretização é fundamental inicialmente o conhecimento dos direitos, a formação de valores e atitudes para o respeito aos direitos e a vivência dos mesmos.

É neste cenário que a formação cidadã encontra espaço para ampliar sua atuação, como processo permanente nos diferentes espaços educativos dentre estes, família e escola, num exercício contínuo de reflexão sobre direitos humanos e valores não dissociados da análise do cotidiano e da realidade social na qual estão inseridos.

A apreensão destes conhecimentos visa a formação de cidadãos comprometidos com a realidade social local e universal. É neste sentido que a educação em direitos humanos, dentro de um processo de formação cidadã, surge como um dos instrumentos atuais mais importantes de valorização e

respeito às múltiplas culturas, já que educa para a tolerância, a valorização da dignidade e aos princípios democráticos.

Nos apropriamos do pensamento de Vera Candau, quando refere-se a interculturalidade como “inter-relação entre diferentes culturas”, tendo “como ponto de partida o reconhecimento da diferença como base para qualquer trabalho educativo” (CANDAU, 2000 p. 55-57). Esta análise reconhece que a pluralidade cultural, a diversidade social e as diferentes realidades contribuem no processo educativo, orientando a prática pedagógica e promovendo a intercessão entre os diferentes grupos sociais e culturais.

Essa relação de intercâmbio e respeito aos diferentes grupos sociais e culturais é fundamental, já que a existência de guetos e culturas isoladas gera, na maioria das vezes, sentimentos de intolerância, ódio e atitudes de racismo, discriminação e violência. É contrapondo-se a este tipo de realidade que a formação cidadã, ao privilegiar a interculturalidade, pode propiciar a existência de uma pluralidade cultural fundamentada no respeito aos direitos humanos.

Metodologia:

As atividades foram inicialmente desenvolvidas junto aos alunos do último ano ensino fundamental do Colégio Estadual Senador Corrêa localizado no Município de Ponta Grossa/Pr, utilizando-se de dinâmicas que incentivassem a interação. O trabalho pautou-se na pedagogia freiriana (FREIRE, 1997), onde se busca criar possibilidades para que o indivíduo participe da construção do conhecimento a partir da sua própria realidade.

A oficina teve início com o questionamento “*O que são direitos humanos?*” levando em conta que a maioria dos estudantes não havia tido um contato prévio com o tema e por isso, não havia se perguntado exatamente “*ao que e a quem*” esses direitos se referem.

As oficinas possibilita que o grupo amplie seu conhecimento pessoal, compartilhe ideias, saberes e experiências. Parte-se do pensamento de Freire (1997) quando coloca que ensinar não é transferir conhecimentos mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção. Nesta perspectiva, as oficinas são realizadas através de dinâmicas de grupo

possibilitando as condições propícias para a reflexão do grupo e do processo de construção da cidadania dos sujeitos envolvidos.

Na sequência, foi apresentado um resumo histórico da instituição dos direitos, seguido da apresentação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, explicando seus pontos principais, relacionando-os a sua aplicabilidade no contexto atual; com o objetivo de conduzir a reflexão em direção à situação dos migrantes e refugiados, sobretudo venezuelanos, que chegam ao Brasil.

Utilizou-se também de dinâmica, através da divisão da turma em grupos que receberam cartões contendo um dos artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, para que através deles pudessemos discutir aspectos como:

- Esse direito tem sido respeitado na nossa sociedade?
- A educação e a escola colaboram para a promoção desse direito?
- Qual a minha postura em relação a esse direito no dia-a-dia?

Nas atividades realizadas são incorporadas diversas expressões culturais de modo a estimular aproximações diferenciadas à problemática discutida, assim como a favorecer uma valorização positiva da própria cultura. Por fim, refletir se *“educar para os Direitos Humanos é uma tarefa para a vida toda”*.

Considerações Finais:

A proposta pedagógica desenvolvida através de oficinas possibilitou a percepção da carência desse tipo de debate junto aos adolescentes, sobretudo na rede pública de ensino que, muitas vezes, veem as questões internacionais como algo muito distante da sua realidade.

Sendo assim, dentro das perspectivas abordadas foi dada ênfase ao artigo XIV da Declaração Universal dos Direitos Humanos o qual diz:

“1. Todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países. 2. Este direito não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas.” (ONU, 2009, p. 8-9).

Foi possível perceber que os estudantes desconheciam esse direito, assim como a carta de direitos como um todo, construindo argumentos baseados somente nas notícias sensacionalistas veiculadas pela mídia.

Também se mostrou de extrema relevância esclarecer que migrar para outro país sobre tudo em condições de perseguição constitui-se como um direito reconhecido no Brasil (BRASIL, 2018). Essa reflexão contribuiu para a construção de uma visão mais humanitária sobre a questão dos migrantes e refugiados que chegam ao Brasil atualmente.

No decorrer da oficina os estudantes demonstraram bastante dúvidas e curiosidade sobre o assunto, demonstrando assim, a necessidade de dar continuidade em outros momentos. Através dessa interação também se tornou visível o alcance dos objetivos a que se propôs o projeto de levar informação e promover o debate acerca do tema das migrações contemporâneas.

Os objetivos propostos foram alcançados, uma vez que verificou-se uma participação ativa das crianças e adolescentes na oficina pedagógica sempre indagando, fazendo perguntas, levantando questões, compartilhando vivências.

É válido salientar a importância do Serviço Social nesta proposta, uma vez que contribui tanto no conhecimento e formação das crianças e adolescentes, como também na mobilização e na luta para efetivação dos direitos dos mesmos. Neste sentido, a experiência vem possibilitando aos acadêmicos o desenvolvimento das capacidades políticas, pedagógicas, favorecendo o crescimento humano e profissional, visto que foi possível desenvolver ações que contribuam na consolidação de um mundo melhor.

Referências Bibliográficas:

BENEVIDES, M.V. **A cidadania ativa**. São Paulo, Ática, 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n38/a11n38.pdf>. Acesso em: 05 ago 2019

BRASIL. Os Refugiados e os Direitos Humanos: A proteção de refugiados é uma questão fundamental de direitos humanos. In: **Ministério da Mulher, da família e dos Direitos Humanos**. Disponível em: <<https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/junho/os-refugiados-e-os-direitos-humanos>>. Acesso em: 02 Jul 2019.



CANDAU, V. M. Educação em direitos humanos: uma proposta de trabalho. In: **Oficinas Aprendendo e Ensinando Direitos Humanos**. PUC: Rio de Janeiro. 12 p. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/veracandau/candau_edh_proposta_trabalho.pdf>. Acesso em: 30 jun 2019.

CANDAU, V. M. Interculturalidade e educação escolar. In: CANDAU, Vera (org.) **Reinventar a Escola**. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, pp. 47-60, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. UNIC: Rio de Janeiro, 2009. 17p.

SILVA, A., TAVARES, S. **A cidadania ativa e sua relação com a educação em direitos humanos**. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/aidamonteiro/aida_cidadania_ativa_relacao_edh.pdf . Acesso em: 03 ago 2019.